



APROVADO POR: 5 A 2
SESSÃO REALIZADA EM: 25/02/2025
Presidente: *[Assinatura]*
Secretário(a): Tamires Dias

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

PARECER Nº 001/2025

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 001/2025.

AUTORIA - PODER LEGISLATIVO

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS A SEREM ADOTADOS E AS SANÇÕES APLICADAS EM FACE DE PROPRIETÁRIOS OU POSSUIDORES DE ANIMAIS SOLTOS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Comissão de JUSTIÇA E REDAÇÃO vota com o parecer conforme do Relator.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Massaranduba, "CASA EDSON DA SILVA MEIRA", Massaranduba- PB, em 20 de fevereiro de 2025.

Tamires Dias dos Santos Rogério

TAMIRES DIAS DOS SANTOS ROGÉRIO

Presidente

Alex Sandro da Silva Guedes

ALEX SANDRO DA SILVA GUEDES

Relator

Jefferson Pereira de Melo

JEFFERSON PEREIRA DE MELO

Membro



RECEBIDO EM 11 / 02 / 25

ÀS: 10 H: 00 MIN.

Ass.: Antônio Flávio de Lima

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

VISTO
CÓPIA
Repetido pelas comissões

PROJETO DE LEI Nº 001 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

INICIATIVA: Poder Legislativo do Município de Massaranduba-PB

LEGISLATURA: 2025/2028

SESSÃO LEGISLATIVA: Primeiro ano

PERÍODO LEGISLATIVO: Primeiro semestre

AUTOR DA MATÉRIA: Vereador Sandreylson Pereira Medeiros

EMENTA DA PROPOSIÇÃO: *Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados e as sanções aplicadas em face de proprietários ou possuidores de animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, e da outras providências*

JUSTIFICATIVA: É fato notório que ao longo dos anos, incontáveis foram os acidentes ocasionados por animais soltos às margens das rodovias que passar dentro da circunscrição do nosso município e que inclusive, ceifaram vidas e dilaceraram corações de mães, pais, irmãos, irmãs e demais familiares e amigos destas vítimas fatais. Podemos tomar como exemplo um dos casos mais emblemáticos desses acidentes fatais, o acidente ocorrido na década de 90 na PB095 onde Massaranduba perdeu dois dos seus ilustres filhos conhecidos por **André Luiz de Araújo Santino** filho de Elda de Araújo Santino e **Alcivan de Almeida Sales** filho de **Maria de Almeida Sales**. Naquele fatídico dia, os dois jovens se dirigiam a cidade de Campina Grande-PB quando, nas imediações do povoado conhecido como Chã do Marinho, o veículo em que ambos estavam colidiu frontalmente com uma vaca que estava deitada no meio do asfalto, lançando-os para fora do automóvel e terminando com a existência física de ambos. Desse data para os dias atuais, inúmeros outros acidentes ocorreram, e mais vítimas foram alcançadas por esse fato comum de ser ver em nossas estradas, que são os animais soltos. Contudo, a negligência dos proprietários de terras que ficam as margens da PB/95 e que criam animais continua, e a odiosa omissão do poder público em combater esse mal, também. É preciso dar um basta! Não podemos esperar que outros corações paternos e maternos sejam dilacerados por notícias de acidentes ocasionados por estes animais. Neste sentido, nós do poder legislativo municipal temos a obrigação moral e institucional de darmos uma resposta enérgica a esta irresponsabilidade cometida por muitos proprietários de animais, que ainda não se deram conta da gravidade de suas condutas. Por tais motivos, é imperioso, para o momento, a edição de uma lei que resolva de forma definitiva este problema, para que vidas sejam poupadas. Eis aqui, portanto, a justificativa do presente projeto.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

BASE LEGAL: A Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu art. 59º, as leis ordinárias como espécie do gênero “processo legislativo”. Vejamos:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

(...)

III - leis ordinárias;

(...)

Seguindo a mesma dinâmica da Constituição Federal, é o disposto no art.42, inciso I da Lei Municipal 68 de 05 de abril de 1990 –Lei Orgânica Municipal-:

Art. 42 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

I- Leis

(...)

DA INICIATIVA PARA A PROPOSIÇÃO: O art. 44 da Lei Municipal 68 de 05 de abril de 1990 –Lei Orgânica Municipal- prevê que a proposta lei poderá, também, ser apresentada por qualquer membro ou comissão da Câmara. Vejamos:

Art. 44: A iniciativa das Leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica:

Assim, inquestionável é o fato de que o parlamentar que subscreve a presente proposta é competente para apresentá-la, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

DA TÉCNICA REDACIONAL: Por fim, considerando que a presente proposta visa editar texto normativo, faz-se necessário que sua redação observe o disposto no art. 1º da Lei Complementar Federal de nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da CRFB/88.

Art. 1º - A elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

Câmara Municipal de Massaranduba-PB
Rua: João Soares da Luz, s/n, Centro
CEP: 58.120.000



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

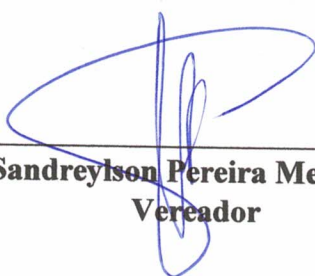
CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Assim, estando a presente proposta em conformidade com a legislação de regência, seu recebimento para apreciação e votação é medida que se impõe.

DA LEGISLAÇÃO CITADA: Constituição Federal de 1988, Lei Municipal Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara Municipal de Massaranduba- Casa Edson da Silva Meira, Lei Complementar Federal de nº 95 de 26 de fevereiro de 1998.

SEGUE ANEXO APRESENTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO



Sandreylson Pereira Medeiros
Vereador



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com**

SENHOR PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA -CASA EDSON DA SILVA MEIRA, REGINALDO SILVA.

O Vereador subscritor, nos termos do inciso I do art. 42 e inciso I do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Massaranduba, e no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno deste parlamento mirim, vem, a presença de Vossa Excelência, **APRESENTAR PROJETO DE LEI ORDINÁRIA** para ser lido, discutido e votado no plenário desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 001 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados e as sanções aplicadas em face de proprietários ou possuidores de animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, e da outras providências

Título I

Das Disposições Preliminares

Capítulo Único

Dos objetivos da presente lei

Art. 1º- Constituem objetivos desta lei:

I- Promover a segurança na circulação dos meios de transportes, motorizados ou não, que trafegam nas rodovias do município de Massaranduba, prevenindo acidentes por ocasião de animais soltos, e ainda;

II- Definir os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de comprovação de animais soltos nas rodovias de nosso município;

II- Definir e impor sanções administrativas aos donos de animais soltos nas rodovias de nosso município;

Título II

Da abrangência da presente lei

*Câmara Municipal de Massaranduba-PB
Rua: João Soares da luz, s/n, Centro
CEP: 58.120.000*



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Art. 2º- Aplica-se o disposto nesta lei, no que couber e for necessário, aos fatos envolvendo animais soltos em ruas ou avenidas de perímetro urbano na cidade de Massaranduba e no Distrito de Santa Terezinha, bem como nas estradas das zonas rurais de todo o município.

Título III

Da infração administrativa

Art. 3º - Para efeito do disposto nesta lei, constitui infração administrativa sujeita a sanção, a conduta de:

I- Deixar animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, ocasionando perigo de acidentes capaz de colocar a integridade física das pessoas em risco.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os animais referidos neste artigo são os bovinos, equinos, caprinos e suínos.

I- O rol elencado neste parágrafo é meramente exemplificativo, podendo o executivo estendê-lo através de regulamento próprio.

Título IV

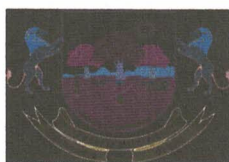
Dos procedimentos a serem adotados

Art. 4º - A autoridade pública municipal, logo após ter o conhecimento da ocorrência de animais soltos nas rodovias do município de Massaranduba, ocasionando perigo de acidentes, deverá, independentemente do dia e horário, tomar as seguintes providências;

I- Determinar o recolhimento imediato do animal para local próprio, procedendo em seguida com a identificação de seu proprietário ou possuidor;

II- Expedir notificação ao proprietário ou possuidor para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pagar a multa estabelecida por esta lei, bem como as taxas de manutenção da permanência do animal no local determinado pela administração pública;

III- Para fins de cumprimento do disposto no inciso I deste artigo, caso necessário, o agente público designado deverá requisitar o auxílio da autoridade policial.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Art. 5º - Depois de recolhidos os valores da multa e da taxa aludidos no inciso II do art. 4º, deverá o animal ser liberado e entregue ao seu proprietário ou possuidor:

I- Após a liberação do animal, todas as despesas para a sua retirada correrão por conta de seu proprietário ou possuidor.

Art. 6º - Não sendo possível a identificação do proprietário ou possuidor do animal, e não havendo comparecimento espontâneo do responsável no prazo máximo de 30 (trinta) dias para a adoção das medidas administrativas cabíveis à sua liberação, a administração pública municipal publicará edital de convocação de eventual proprietário ou possuidor para, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, comparecer e reivindicar o que entender de direito

I- Não comparecendo nenhum proprietário ou possuidor do animal no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, a administração pública poderá alienar o animal, convertendo os recursos financeiros recebidos da alienação em receita para o município ou, ainda, doá-lo para instituições de caridade, na forma de regulamento próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os recursos arrecadados com o pagamento de multas e taxas, bem como aqueles provenientes da alienação do animal, serão utilizados exclusivamente para a manutenção dos meios necessários à execução desta lei.

Art. 7º - Dentre as medidas administrativas elencadas no art. 4º, a administração pública deverá, também, comunicar o fato às autoridades policiais.

Título V

Das sanções

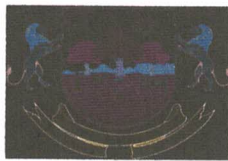
Capítulo I

Da multa

Art. 8º - Em caso de infringência ao disposto no art. 3º desta lei, o proprietário ou possuidor do animal pagará uma multa de 01 (um) salário mínimo vigente à época da infração, por cada animal solto e eventualmente recolhido pela edilidade municipal.

I- Comprovada a boa fé e a incapacidade financeira do infrator, a multa estabelecida neste artigo poderá ser reduzida de 1/3 até metade.

II- Para efeito do disposto no inciso I, constitui conduta de boa fé aquela que demonstrar a impossibilidade de evitar a soltura do animal às margens das vias, e



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

incapacidade financeira a impossibilidade de arcar com a multa sem prejuízo de seu sustento e o sustento de sua família.

§ 1º - Cabe ao infrator comprovar sua boa fé, bem como sua incapacidade financeira.

§ 2º - Em caso de imposição de empecilho ao cumprimento do disposto no inciso I do art. 4º, por parte do proprietário ou possuidor do animal solto, a multa aduzida no *caput* deste artigo será majorada para 03 (três) salários mínimos

Art. 9º - Em caso de reincidência de infringência ao disposto no art. 3º desta lei, o proprietário ou possuidor do animal pagará uma multa de dois salários mínimos, por cada animal solto, e em nenhuma hipótese se admitirá redução deste valor.

Capítulo II

Da taxa

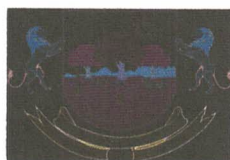
Art. 10º - Além da multa estabelecida no art. 8º desta lei, o infrator pagará, também, uma taxa diária de manutenção do animal no recinto de permanência estabelecido pela administração pública, que não será inferior a 3% (três) e nem superior a 20% (vinte) do salário mínimo vigente, por dia de permanência.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa diária aludida neste artigo será devida por todo o período em que o animal estiver custodiado, e em nenhuma hipótese se admitirá redução do valor abaixo do percentual mínimo estabelecido no *caput* deste artigo

Art. 11º - Durante o período de custódia do animal, ficará a administração pública responsável por sua manutenção e trato, convertendo-se em perdas e danos a morte por maus tratos ou outro fator que evidencie nexo causal.

Art. 12º - O não pagamento da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º não podem constituir obstáculo para a liberação do animal ao seu proprietário, porém, a administração pública deverá propor a ação judicial cabível, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da liberação do animal, em desfavor do devedor, para a satisfação do crédito.

I- O devedor da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º terá seu nome lançado na dívida ativa do município.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

III- Em comum acordo entre a administração municipal e o devedor, os valores da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º poderão ser pagos através de prestação de serviços públicos, na forma da lei e de regulamento próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO- A prestação de serviços públicos aludidos no inciso III será sempre aqueles que visem a execução de políticas públicas ambientais.

Título VI

Das disposições finais

Art. 13º- Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a aplicação desta lei por Decreto.

Art. 14º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 15º- Revogam-se todas as disposições em sentido contrário

Câmara Municipal de Massaranduba - Casa Edson da Silva Meira

Massaranduba-PB, 11 de fevereiro de 2025.

Sandreyilson Pereira Medeiros
Vereador



RECEBIDO EM 14 / 02 / 25

ÀS: 10 H: 00 MIN.

Ass.: Antonio Flávio de Lima

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

VISTO
CÓPIA

Repetido pelas comissões

PROJETO DE LEI Nº 001 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

INICIATIVA: Poder Legislativo do Município de Massaranduba-PB

LEGISLATURA: 2025/2028

SESSÃO LEGISLATIVA: Primeiro ano

PERÍODO LEGISLATIVO: Primeiro semestre

AUTOR DA MATÉRIA: Vereador Sandreylson Pereira Medeiros

EMENTA DA PROPOSIÇÃO: *Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados e as sanções aplicadas em face de proprietários ou possuidores de animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, e da outras providências*

JUSTIFICATIVA: É fato notório que ao longo dos anos, incontáveis foram os acidentes ocasionados por animais soltos às margens das rodovias que passar dentro da circunscrição do nosso município e que inclusive, ceifaram vidas e dilaceraram corações de mães, pais, irmãos, irmãs e demais familiares e amigos destas vítimas fatais. Podemos tomar como exemplo um dos casos mais emblemáticos desses acidentes fatais, o acidente ocorrido na década de 90 na PB095 onde Massaranduba perdeu dois dos seus ilustres filhos conhecidos por **André Luiz de Araújo Santino** filho de Elda de Araújo Santino e **Alcivan de Almeida Sales** filho de **Maria de Almeida Sales**. Naquele fatídico dia, os dois jovens se dirigiam a cidade de Campina Grande-PB quando, nas imediações do povoado conhecido como Chã do Marinho, o veículo em que ambos estavam colidiu frontalmente com uma vaca que estava deitada no meio do asfalto, lançando-os para fora do automóvel e terminando com a existência física de ambos. Desse data para os dias atuais, inúmeros outros acidentes ocorreram, e mais vítimas foram alcançadas por esse fato comum de ser ver em nossas estradas, que são os animais soltos. Contudo, a negligência dos proprietários de terras que ficam as margens da PB/95 e que criam animais continua, e a odiosa omissão do poder público em combater esse mal, também. É preciso dar um basta! Não podemos esperar que outros corações paternos e maternos sejam dilacerados por notícias de acidentes ocasionados por estes animais. Neste sentido, nós do poder legislativo municipal temos a obrigação moral e institucional de darmos uma resposta enérgica a esta irresponsabilidade cometida por muitos proprietários de animais, que ainda não se deram conta da gravidade de suas condutas. Por tais motivos, é imperioso, para o momento, a edição de uma lei que resolva de forma definitiva este problema, para que vidas sejam poupadas. Eis aqui, portanto, a justificativa do presente projeto.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

BASE LEGAL: A Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu art. 59º, as leis ordinárias como espécie do gênero “processo legislativo”. Vejamos:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

(...)

III - leis ordinárias;

(...)

Seguindo a mesma dinâmica da Constituição Federal, é o disposto no art.42, inciso I da Lei Municipal 68 de 05 de abril de 1990 –Lei Orgânica Municipal-:

Art. 42 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

I- Leis

(...)

DA INICIATIVA PARA A PROPOSIÇÃO: O art. 44 da Lei Municipal 68 de 05 de abril de 1990 –Lei Orgânica Municipal- prevê que a proposta lei poderá, também, ser apresentada por qualquer membro ou comissão da Câmara. Vejamos:

Art. 44: A iniciativa das Leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica:

Assim, inquestionável é o fato de que o parlamentar que subscreve a presente proposta é competente para apresentá-la, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

DA TÉCNICA REDACIONAL: Por fim, considerando que a presente proposta visa editar texto normativo, faz-se necessário que sua redação observe o disposto no art. 1º da Lei Complementar Federal de nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da CRFB/88.

Art. 1º - A elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

Câmara Municipal de Massaranduba-PB
Rua: João Soares da luz, s/n, Centro
CEP: 58.120.000



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Assim, estando a presente proposta em conformidade com a legislação de regência, seu recebimento para apreciação e votação é medida que se impõe.

DA LEGISLAÇÃO CITADA: Constituição Federal de 1988, Lei Municipal Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara Municipal de Massaranduba- Casa Edson da Silva Meira, Lei Complementar Federal de nº 95 de 26 de fevereiro de 1998.

SEGUE ANEXO APRESENTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO

Sandreylson Pereira Medeiros
Vereador



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com**

SENHOR PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA -CASA EDSON DA SILVA MEIRA, REGINALDO SILVA.

O Vereador subscritor, nos termos do inciso I do art. 42 e inciso I do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Massaranduba, e no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno deste parlamento mirim, vem, a presença de Vossa Excelência, **APRESENTAR PROJETO DE LEI ORDINÁRIA** para ser lido, discutido e votado no plenário desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 001 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados e as sanções aplicadas em face de proprietários ou possuidores de animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, e da outras providências

Título I

Das Disposições Preliminares

Capítulo Único

Dos objetivos da presente lei

Art. 1º- Constituem objetivos desta lei:

I- Promover a segurança na circulação dos meios de transportes, motorizados ou não, que trafegam nas rodovias do município de Massaranduba, prevenindo acidentes por ocasião de animais soltos, e ainda;

II- Definir os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de comprovação de animais soltos nas rodovias de nosso município;

II- Definir e impor sanções administrativas aos donos de animais soltos nas rodovias de nosso município;

Título II

Da abrangência da presente lei

*Câmara Municipal de Massaranduba-PB
Rua: João Soares da Luz, s/n, Centro
CEP: 58.120.000*



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Art. 2º - Aplica-se o disposto nesta lei, no que couber e for necessário, aos fatos envolvendo animais soltos em ruas ou avenidas de perímetro urbano na cidade de Massaranduba e no Distrito de Santa Terezinha, bem como nas estradas das zonas rurais de todo o município.

Título III

Da infração administrativa

Art. 3º - Para efeito do disposto nesta lei, constitui infração administrativa sujeita a sanção, a conduta de:

I- Deixar animais soltos às margens das rodovias do município de Massaranduba, ocasionando perigo de acidentes capaz de colocar a integridade física das pessoas em risco.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os animais referidos neste artigo são os bovinos, equinos, caprinos e suínos.

I- O rol elencado neste parágrafo é meramente exemplificativo, podendo o executivo estendê-lo através de regulamento próprio.

Título IV

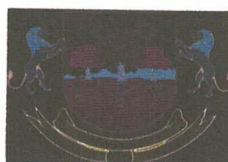
Dos procedimentos a serem adotados

Art. 4º - A autoridade pública municipal, logo após ter o conhecimento da ocorrência de animais soltos nas rodovias do município de Massaranduba, ocasionando perigo de acidentes, deverá, independentemente do dia e horário, tomar as seguintes providências;

I- Determinar o recolhimento imediato do animal para local próprio, procedendo em seguida com a identificação de seu proprietário ou possuidor;

II- Expedir notificação ao proprietário ou possuidor para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pagar a multa estabelecida por esta lei, bem como as taxas de manutenção da permanência do animal no local determinado pela administração pública;

III- Para fins de cumprimento do disposto no inciso I deste artigo, caso necessário, o agente público designado deverá requisitar o auxílio da autoridade policial.



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Art. 5º - Depois de recolhidos os valores da multa e da taxa aludidos no inciso II do art. 4º, deverá o animal ser liberado e entregue ao seu proprietário ou possuidor:

I- Após a liberação do animal, todas as despesas para a sua retirada correrão por conta de seu proprietário ou possuidor.

Art. 6º - Não sendo possível a identificação do proprietário ou possuidor do animal, e não havendo comparecimento espontâneo do responsável no prazo máximo de 30 (trinta) dias para a adoção das medidas administrativas cabíveis à sua liberação, a administração pública municipal publicará edital de convocação de eventual proprietário ou possuidor para, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, comparecer e reivindicar o que entender de direito

I- Não comparecendo nenhum proprietário ou possuidor do animal no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, a administração pública poderá alienar o animal, convertendo os recursos financeiros recebidos da alienação em receita para o município ou, ainda, doá-lo para instituições de caridade, na forma de regulamento próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os recursos arrecadados com o pagamento de multas e taxas, bem como aqueles provenientes da alienação do animal, serão utilizados exclusivamente para a manutenção dos meios necessários à execução desta lei.

Art. 7º - Dentre as medidas administrativas elencadas no art. 4º, a administração pública deverá, também, comunicar o fato às autoridades policiais.

Título V

Das sanções

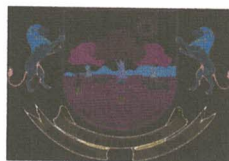
Capítulo I

Da multa

Art. 8º - Em caso de infringência ao disposto no art. 3º desta lei, o proprietário ou possuidor do animal pagará uma multa de 01 (um) salário mínimo vigente à época da infração, por cada animal solto e eventualmente recolhido pela edilidade municipal.

I- Comprovada a boa fé e a incapacidade financeira do infrator, a multa estabelecida neste artigo poderá ser reduzida de 1/3 até metade.

II- Para efeito do disposto no inciso I, constitui conduta de boa fé aquela que demonstrar a impossibilidade de evitar a soltura do animal às margens das vias, e



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

incapacidade financeira a impossibilidade de arcar com a multa sem prejuízo de seu sustento e o sustento de sua família.

§ 1º - Cabe ao infrator comprovar sua boa fé, bem como sua incapacidade financeira.

§ 2º - Em caso de imposição de empecilho ao cumprimento do disposto no inciso I do art. 4º, por parte do proprietário ou possuidor do animal solto, a multa aduzida no *caput* deste artigo será majorada para 03 (três) salários mínimos

Art. 9º - Em caso de reincidência de infringência ao disposto no art. 3º desta lei, o proprietário ou possuidor do animal pagará uma multa de dois salário mínimos, por cada animal solto, e em nenhuma hipótese se admitirá redução deste valor.

Capítulo II

Da taxa

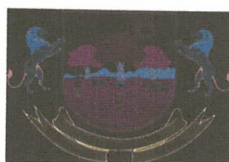
Art. 10º - Além da multa estabelecida no art. 8º desta lei, o infrator pagará, também, uma taxa diária de manutenção do animal no recinto de permanência estabelecido pela administração pública, que não será inferior a 3% (três) e nem superior a 20% (vinte) do salário mínimo vigente, por dia de permanência.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa diária aludida neste artigo será devida por todo o período em que o animal estiver custodiado, e em nenhuma hipótese se admitirá redução do valor abaixo do percentual mínimo estabelecido no *caput* deste artigo

Art. 11º - Durante o período de custódia do animal, ficará a administração pública responsável por sua manutenção e trato, convertendo-se em perdas e danos a morte por maus tratos ou outro fator que evidencie nexo causal.

Art. 12º - O não pagamento da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º não podem constituir obstáculo para a liberação do animal ao seu proprietário, porém, a administração pública deverá propor a ação judicial cabível, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da liberação do animal, em desfavor do devedor, para a satisfação do crédito.

I- O devedor da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º terá seu nome lançado na dívida ativa do município.



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

III- Em comum acordo entre a administração municipal e o devedor, os valores da multa e da taxa aludidos nos artigos 8º e 10º poderão ser pagos através de prestação de serviços públicos, na forma da lei e de regulamento próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO- A prestação de serviços públicos aludidos no inciso III será sempre aqueles que visem a execução de políticas públicas ambientais.

Título VI

Das disposições finais

Art. 13º- Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a aplicação desta lei por Decreto.

Art. 14º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 15º- Revogam-se todas as disposições em sentido contrário

Câmara Municipal de Massaranduba - Casa Edson da Silva Meira

Massaranduba-PB, 11 de fevereiro de 2025.

Sandreyilson Pereira Medeiros
Vereador



APROVADO POR: 5 A 2
SESSÃO REALIZADA EM: 25/02/2025
Presidente: *[assinatura]*
Secretário(a): Tâmiras Dias

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR.

PARECER Nº 001, De FEVEREIRO DE 2025

De autoria do(a) Vereador Sandreilson Pereira Medeiros o projeto em epígrafe objetiva procedimentos administrativos a serem adotados e sanções aplicadas em face de proprietários ou possuidores de animais soltos as margens das rodovias do município de Massaranduba e da outras providências.

A presente proposição esteve em pauta, nos termos regimentais, nos dias correspondentes a 02 Sessão Ordinária, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo vem a propositura à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 48, § 1º, do Regimento Interno.

Assim, verificamos que a matéria não é de competência concorrente, uma vez que compete exclusivamente a união legislar sobre trânsito e transporte.

Ademais, a matéria versa sobre uma fiscalização por parte do município em rodovias de competência exclusiva do estado, não tendo este poder municipal aparatos para tanto.

Assim, conforme o DNIT ou as concessionárias administradoras tem competência exclusiva nas rodovias federais, a competência de fiscalização em



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

rodovias estaduais é de exclusividade do DER, não podendo o município adentrar nesta competência.

Ademais, não pode o município trazer para se através de uma lei própria, uma competência que não lhe compete, tendo como base o entedimento da Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, onde no Julgado de nº 0800165-57.2023.8.15.0311, entendeu a corte de justiça, que o próprio DER não detinha de competência por acidentes causados por animais, sendo aquela competência de exclusividade do proprietário do animal.

Com estas considerações, entende-se que ao criar uma lei dando competência ao município sobre fiscalização de rodovias estaduais, traz para o ente municipal uma responsabilidade sobre qualquer acidente que por ventura venha a contecer nas rodovias estaduais que cortam o município, gerando assim um precedente recorrente para matérias desta natureza.

Ademais, entendemos que compete ao município legislar sobre o seu trânsito interno, onde no momento atual não existe no âmbito municipal qualquer lei que verse sobre o trânsito do próprio município, assim legislar em demanda de exclusividade estadual seria notoriamente inconstitucional a matéria, além de atropelar institutos próprios ainda não existentes no âmbito municipal.

Ademais, mediante as competências exclusivas previstas na constituição federal, e na constituição estadual e na lei orgânica deste município entendemos por inconstitucionalidade do presente projeto, uma vez que entendemos, que a competência para a fiscalização pleiteada na matéria, é de competência de exclusividade do departamento de trânsito estadual (DER).



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)**

CNPJ: 10.743.482/0001-23

E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

Portanto, manifestamo-nos contrariamente à aprovação do Projeto de lei de nº 01/2025.

Sala das comissões em 18 de fevereiro de 2025

Alex Sandro da Silva Guedes
Alex Sandro da Silva Guedes

Relator.